

LULA

BIOGRAFIA

VOLUME 1

Fernando
Morais



ÍNDICE

VOLUME 1

Capítulo 1:	Decretada a prisão por Moro, Lula decide não se entregar à Polícia Federal: «Eles que venham me prender»	11
Capítulo 2:	Após revistar a casa de Lula, a Polícia Federal coloca um microfone no sofá para gravar secretamente as conversas do casal.	29
Capítulo 3:	A GloboNews lança uma <i>fake news</i> («Lula vai resistir à ordem de prisão de Moro») e a audiência do canal sobe 694%.	43
Capítulo 4:	Emidio descobre que a Polícia Federal tem não um nem dois, mas vários espões a filmar tudo o que acontece dentro do sindicato.	61
Capítulo 5:	Depois de enfrentar a vizinhança e a Polícia Federal, uma centena de pessoas passa 581 dias a saudar Lula, que não as via, só ouvia.	79
Capítulo 6:	Vermelho, o <i>hacker</i> , escancara as portas do inferno e o STF deixa cair Moro e a Operação Lava Jato. Lula sai da cadeia como candidato a presidente do Brasil.	117
Capítulo 7:	Jardim Lavínia, abril de 1980. Estando a polícia à porta para o prender, Lula vocifera: «Estou dormindo, porra! Eles que se fodam!»	149
Capítulo 8:	A Marinha viola a correspondência da Cúria e revela que o cardeal Arns pediu à Igreja alemã apoio à greve do ABC.	165

Capítulo 9:	Depois de uma infância cruel, a morar em lugares degradantes, Lula recebe a chave do paraíso: o diploma do Senai.	181
Capítulo 10:	A noiva de Lula faz-lhe um ultimato. «Você tem que escolher: o sindicato ou o casamento. Os dois não dá.»	203
Capítulo 11:	«Já sei, doutor, meu bebé nasceu morto.» «Seja forte, seu Luiz, porque a notícia é pior: a Lourdes, sua esposa, também faleceu.»	221
Capítulo 12:	Na sua primeira viagem ao estrangeiro, Lula deixa Tóquio de urgência e volta ao Brasil: o seu irmão estava a ser torturado no DOI-CODI.	243
Capítulo 13:	Após passar anos a excomungar a classe política, Lula começa a preparar o caminho para criar o PT.	265
Capítulo 14:	Enquanto Lula enfrenta a polícia e o patronato no ABC, Brizola tenta ressuscitar o PTB e leva uma rasteira de Golbery.	291
Capítulo 15:	Lula junta operários, políticos, intelectuais e ativistas de esquerda, cria o PT e, dois meses depois, é levado para a prisão.	311
Capítulo 16:	De madrugada, um educado senhor engravatado interroga Lula num cubículo do DOPS: era o enviado de um general, com o nome de código «Cacique».	319
Capítulo 17:	Derrotado sem apelo nem agravo nas urnas, Lula entra em depressão e decide abandonar a política. Vai a Cuba, ouve Fidel e volta ao Brasil para ser o deputado mais votado da história.	341
Apêndice:	Uma radiografia do comportamento dos grandes órgãos de comunicação na guerra contra Lula e o seu partido.	359
Posfácio		375
Siglas e acrónimos		383
Bibliografia		387

CAPÍTULO 1

Decretada a prisão por Moro, Lula decide não se entregar à Polícia Federal: «Eles que venham me prender.»

A atmosfera era a de um modorrento fim de expediente como qualquer outro. Faltavam alguns minutos para as seis horas da tarde de uma quinta-feira, 5 de abril de 2018, e nos escritórios separados por divisórias do Instituto Lula os funcionários fechavam as gavetas e desligavam os computadores. Numa pequena sala de reuniões, bebiam café e conversavam à porta fechada a ex-presidente Dilma Rousseff, o senador Cid Gomes, do PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Ceará, e a senadora paraense Gleisi Hoffmann, presidente do Partido dos Trabalhadores. Valeska Teixeira e Cristiano Zanin, advogados de Lula, deram as boas-noites às poucas pessoas que ainda estavam ali e foram-se embora. Magro, alto, elegante e com ar de menino de coro, Zanin assegurou, sereno, aos jornalistas de plantão na calçada que, se a lei fosse cumprida, não haveria risco de prisão imediata de Lula:

— Mesmo na perversa lógica da prisão antecipada após a segunda instância, deve prevalecer a decisão do próprio Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, que assegura que a prisão só se dará após o exaurimento dos recursos naquela instância, e isso ainda não aconteceu.

Dentro do instituto não havia tensão, mas um sombrio clima de expectativa. Receava-se que a decisão do Supremo Tribunal de Justiça naquela madrugada — negando por 6 a 5 (com o voto de desempate da ministra Rosa Weber) mais um dos vários

pedidos de *habeas corpus* requeridos pela defesa do ex-presidente, que visavam impedir a sua prisão antes de esgotadas todas as possibilidades de recurso — abrisse as portas para o pior dos cenários, o temido desfecho: que fosse decretada a prisão de Lula pelo juiz Sergio Moro, da Justiça Federal da cidade de Curitiba, capital do Paraná.

Do ponto de vista estritamente jurídico, todos sabiam que, após a decisão do Supremo, a prisão poderia ser decretada a qualquer momento. O sentimento generalizado, porém, era de que nada justificava que isso ocorresse imediatamente. O que se imaginava naquele pequeno prédio de dois andares, anexos e caves nas imediações do Museu do Ipiranga, zona sul de São Paulo, era que Moro só expediria o mandado no início da semana seguinte. Não era uma expectativa unânime. Uma das vozes discordantes era a do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), recém-chegado de uma reunião com o criminalista Celso Vilardi, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas, cuja opinião divergia da de quase todos os que estavam no instituto. Segundo Vilardi, repetiu o senador, a prisão estava iminente e poderia acontecer antes que ele terminasse a frase.

Lula não pensava assim. Certo de que passaria o fim de semana em liberdade, deixou o seu gabinete, no segundo piso, desceu as escadas de caracol até um pequeno *hall* com dois sofás e paredes de vidro fosco e pediu ao seu jovem assessor, o cientista social Marco Aurélio Santana Ribeiro, o «Marcola», que o pusesse em contacto telefónico com Moisés Selerges. Descendente de alemães, o robusto Selerges, sempre de cabeça rapada à navalha e camisas havaianas coloridas, tinha 52 anos, 35 dos quais passados a trabalhar como pintor de chassis de camiões na fábrica da Mercedes-Benz. Era diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD¹ e muito próximo de Lula.

¹ É assim designada a região industrial do estado de São Paulo, inserida na sua área metropolitana, que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, a que por vezes se acrescenta a cidade de Diadema. (*N. do R.*)

Sentado de costas para a porta de entrada do instituto, Lula contou, na rápida conversa telefônica com o amigo, que estava na expectativa de ser preso na semana seguinte, e pediu a Moisés que organizasse um churrasco «meio secreto» para um pequeno grupo de amigos na manhã de sábado, no sindicato, para poderem relaxar «com uma costela e uma cachacinha». Esperando que a chamada terminasse para que lhe fosse devolvido o seu telemóvel, Marcola estranhou ao ver retornarem pela porta da rua, lívidos, os advogados Valeska e Zanin. Um passo à frente do marido, ela exibiu o ecrã do telemóvel com a manchete do *site* UOL, que se disseminaria pelo planeta dali a instantes: «Moro decreta a prisão de Lula.» Habitado a uma Justiça sabidamente morosa, o casal de advogados não calculou que os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, conhecido como TRF4, de Porto Alegre, pudessem agir em tempo recorde e, naquela mesma tarde, libertar o processo para que Moro decretasse a prisão. Nos três parágrafos finais da sentença, publicada na internet, o magistrado transformava em «concessões» o que, por lei, eram direitos do réu:

Relativamente ao condenado e ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concedo-lhe, em atenção à dignidade [do] cargo que ocupou, a oportunidade de apresentar-se voluntariamente à Polícia Federal em Curitiba até as 17:00 do dia 06/04/2018, quando deverá ser cumprido o mandado de prisão.

Vedada a utilização de algemas em qualquer hipótese.

Os detalhes da apresentação deverão ser combinados com a Defesa diretamente com o Delegado da Polícia Federal Maurício Valeixo, também Superintendente da Polícia Federal no Paraná.

Esclareça-se que, em razão da dignidade do cargo ocupado, foi previamente preparada uma sala

reservada, espécie de Sala de Estado-Maior, na própria Superintendência da Polícia Federal, para o início do cumprimento da pena, e na qual o ex-Presidente ficará separado dos demais presos, sem qualquer risco para a integridade moral ou física.

Sergio Fernando Moro
Curitiba, 5/4/2018, às 17:50:10

Decretar a prisão de Lula consagraria Moro como líder de um terremoto político iniciado quatro anos antes, e que tinha como epicentro a chamada Operação Lava Jato, por ele comandada. Convertido com a ajuda de uma assombrosa máquina de propaganda em super-homem e herói nacional, o até então provinciano juiz paranaense Sergio Fernando Moro, 45 anos, voz esganiçada, gabava-se de ter chefiado uma guerra à corrupção sem precedentes na história do país. E contabilizava, à luz dos holofotes do horário nobre das televisões ou nas capas das revistas semanais, haver condenado a séculos de prisão, à frente da Lava Jato, quase uma centena de políticos, empreiteiros, diretores e presidentes de empresas estatais de enorme dimensão, banqueiros, empresários, publicitários, doleiros² e até anônimos cidadãos comuns, apanhados pelas balas perdidas da operação. Assíduo em palestras a empresários, advogados e agentes de polícia, em plateias de todos os continentes, o jovem magistrado enchia o peito para anunciar que expedira mais de mil mandados de busca e apreensão, medida que permitira recuperar para os cofres públicos «mais de r\$ 4 bilhões pagos em subornos».³

A sanha de Moro e dos seus seguidores no Ministério Público não ficou por aí. Com base na legislação criada originalmente

² Designa quem compra e vende dólares dos EUA no mercado paralelo. (*N. do R.*)

³ Para um levantamento das manchetes da grande imprensa desde a Operação Lava Jato, ver o apêndice «Uma radiografia do comportamento dos grandes órgãos de comunicação na guerra contra Lula e o seu partido».

para facilitar a elucidação de crimes hediondos, como sequestro e estupro, a chamada «colaboração premiada» permitiu que a Operação Lava Jato construísse uma monstruosidade adicional: a banalização da delação. Ao longo da vida, todas as gerações aprendem que ninguém é mais sórdido e infame que o alcaguete, o dedo-duro, o cachorrinho, o delator, algo que só caberia num tratado geral da canalhice. O senso comum sobre a repugnância da delação seria exposto pelo empreiteiro Marcelo Odebrecht, diante das câmaras de televisão, em 2015, durante uma das suas primeiras aparições públicas após o início da operação: «Entre o meu legado, eu acho que tem valores, inclusive morais, dos quais eu nunca abrirei mão. [...] Quando, lá em casa, as minhas meninas tinham discussão e tinham briga, eu dizia: “Olha, quem fez isso?” [...] Eu talvez brigasse mais com quem denunciou...»

O código moral particular do empresário envolvido podia ser sólido, mas não era eterno. Ele próprio acabaria por se curvar àquilo que os presos da Lava Jato apelidaram de «pau de arara de veludo», uma referência jocosa ao instrumento de tortura dos presos políticos durante a ditadura militar: ou o preso revela o que as autoridades querem ouvir, ou paga por isso. Na ditadura, podia pagar até com a vida. Na Operação Lava Jato, a ameaça era permanecer preso por tempo indeterminado. Nem todos, porém, se deixaram vergar à violência. Isso não ocorreu apenas entre militantes do PT, como o bancário João Vaccari Neto, tesoureiro do partido, que passou dois anos preso e não abriu a boca, mesmo quando os seus familiares foram perseguidos. Um dos dirigentes de alto nível da Odebrecht manteve um curto diálogo com o autor deste livro, sob a promessa de o seu nome ser mantido em sigilo:

— Por que o senhor passou tanto tempo preso? De que crime era acusado?

— Crime nenhum. Fiquei preso porque não tinha nada a declarar contra o Lula. Quando descobriram que eu de facto não

sabia nada que incriminasse o ex-presidente, abriram a cela e disseram: «Pode ir embora para casa.»

Para os padrões da sossegada burocracia da Justiça brasileira, as decisões que antecederam o momento em que foi decretada a prisão de Lula foram tomadas com espantosa celeridade, levantando a suspeita de terem sido previamente combinadas entre as três instâncias judiciais. Graças à precisão do registo eletrónico dos votos e despachos, sabe-se que o relógio do Supremo Tribunal marcava 04h48 da madrugada quando foi negado o *habeas corpus* a Lula por 6 votos contra 5. Horas depois, ao amanhecer, a decisão de Brasília materializou-se nos computadores do TRF4, em Porto Alegre. No mesmo dia, exatamente às 17h32, a funcionária Lisélia Czarnobay, secretária do tribunal gaúcho, despachou para a 13.^a Vara da Justiça Federal, em Curitiba, a autorização para a prisão. Às 17h50 o titular da Vara, juiz Sergio Moro, decretou a prisão de Lula. A contar, portanto, do momento em que o documento chegou a Curitiba, e ao arripio da regra que prevalece no Brasil, em que os processos costumam ficar em banho-maria durante meses ou até anos nas gavetas dos tribunais, Moro produziu um recorde digno do Guinness ao consumir uns escassos dezassete minutos e cinquenta segundos entre receber a autorização e mandar prender Lula.

Apanhado de surpresa por Zanin, o grupo — entre outros, o presidente do instituto, Paulo Okamoto, Paulo André, assistente de Lula, a ex-deputada Clara Ant, o ex-ministro Paulo Vanuchi e o deputado Vicentinho (PT-SP) — deliberava, de pé no meio do corredor, sobre a iniciativa a tomar. Marcola saiu sozinho para o pequeno pátio exterior, decorado com móveis de plástico rígido, e ligou para Selerges a fim de transmitir a notícia e mudar os planos. Do outro lado da linha, o metalúrgico não titubeou:

— Traz o Lula para cá imediatamente. O único lugar em que ele estará seguro é o sindicato. Nada de ficar no instituto ou ir para a casa dele. Traz o homem prò sindicato.

Marcola voltou e repassou a mensagem ao capitão do Exército na reserva, Valmir Moraes, chefe da equipa de segurança pessoal de Lula, formada por oito militares também na reserva, escolta a que os ex-presidentes brasileiros têm direito por lei. Depois de uma breve e nervosa confabulação, decidiu-se que iriam todos para São Bernardo do Campo, salvo Cid Gomes, cujo voo de regresso a Fortaleza estava marcado para dali a uma hora. A rápida viagem do senador cearense a São Paulo resultara infrutífera. Ele tentara convencer Dilma a concorrer ao Senado pelo Ceará, onde as sondagens davam à ex-presidente 70% das preferências do eleitorado. Precisava de tomar essa decisão no imediato, já que o prazo legal para a mudança de domicílio venceria em dois dias. A ex-presidente recusou delicadamente o convite tentador. Dilma já tinha resolvido candidatar-se por Minas Gerais, o seu estado natal — onde, seis meses mais tarde, amargaria num inacreditável quarto lugar, atrás de três desconhecidos *outsiders* políticos.

Sem ter ainda decidido como reagir à notícia que viera de Curitiba, Lula repuxava as pontas do bigode, como de costume, ouvindo as opiniões dos presentes. Moraes aproximou-se dele e falou baixinho, quase sussurrando-lhe ao ouvido:

— Presidente, a rua está um inferno. Vamos embora, não é seguro ficar aqui. Temos de sair antes que aconteça alguma provocação, algum incidente.

Do lado de fora do instituto, o clima de guerra parecia uma amostra do que viria nas quarenta e oito horas seguintes. Junto à meia dúzia de jornalistas que costumavam estar de plantão na calçada, apinhavam-se na estreita e íngreme Rua Pouso Alegre, além de curiosos, repórteres de jornais, de blogues, de rádio e televisão que faziam transmissões ao vivo. Entre eles circulava em ziguezague o enxame de *motolinks* — estafetas de motocicleta que levavam na garupa operadores de câmara à espera de uma imagem do ex-presidente. Havia *cameramen* e fotógrafos no chão,

nas motos, no tejadilho de carrinhas, e no ar, a bordo dos helicópteros das redes Globo, Bandeirantes e Record, todos com as lentes apontadas para a porta da garagem subterrânea do instituto, por onde Lula deveria sair.

Atraídos pelas notícias propaladas na internet, na rádio e na TV, os populares contra a prisão e a favor dela aglomeravam-se diante do instituto, bloqueando o trânsito e provocando uma sinfonia de buzinas que tirava o sossego dos pacientes do Hospital São Camilo, situado em frente. Enquanto a caravana de Lula saía — não pela garagem principal, onde a turba o esperava, mas por outra, na Rua Gonçalo Pedrosa, a cem metros da entrada do prédio —, o incidente temido pelo capitão Moraes acabou por ocorrer.

Ao identificar na porta do instituto o senador Lindbergh Farias, o deputado estadual Emidio de Souza (PT-SP) e o ex-deputado federal Márcio Macedo (PT-SE), o pequeno empresário Carlos Alberto Bettoni, de 56 anos, deixou um grupo de manifestantes anti-Lula e avançou de dedo em riste na direção dos três políticos aos gritos de «Lula ladrão! Lula ladrão!». Foi cercado por ativistas do PT e alguém aplicou-lhe um soco no rosto. Bettoni rodopiou, perdeu o equilíbrio, bateu com a cabeça no para-choques de um caminhão basculante parado no engarrafamento e caiu no chão, inanimado e a sangrar da testa. Recobrou os sentidos, levantou-se e foi levado, cambaleante, até ao hospital logo ali em frente, onde se constatou que havia sofrido um ligeiro traumatismo craniano. O episódio acabou por render aos agressores Manoel Eduardo Marinho, o «Maninho do PT», ex-vereador da cidade vizinha de Diadema, e ao seu filho Leandro doze dias de prisão preventiva e uma denúncia por tentativa de homicídio.

A pequena caravana que acompanhou o carro de Lula do instituto até ao sindicato, a 20 quilómetros dali, avançava pelo trânsito sob os gritos de «Ladrão! Ladrão!», dos disparos de

petardos e das pauladas nos veículos dadas por grupos anti-Lula. As pessoas eram atraídas pelas notícias que circulavam e pela azáfama dos *motolinks* e dos carros de reportagem que cercaram a caravana. Para se livrar da perseguição e das provocações, Moraes ordenou ao motorista, o tenente paraquedista Carlos Eduardo Rodrigues, que alterasse o trajeto. Em vez de seguir pela Avenida Nazaré, que circunda o parque do Museu do Ipiranga e desemboca na Rodovia Anchieta, a comitiva virou abruptamente à direita, em direção à Avenida Ricardo Jafet e, sempre em alta velocidade, minutos depois os carros estavam na ampla e movimentada Rodovia dos Imigrantes. Aparentemente, a manobra tinha conseguido despistar, se não todos, a maioria dos jornalistas que os perseguiram.

Sentado no banco de trás do *Chevrolet Omega* preto, protegido por vidros escurecidos, Lula mostrava-se indiferente ao torvelinho das ruas e ao pá-pá-pá ininterrupto das hélices dos helicópteros, que pareciam voar colados à capota dos veículos. Conversou tranquilamente com os seguranças sobre a mudança de trajeto e, não tendo familiaridade com os telemóveis (é possível que ele não saiba fazer uma simples chamada sem ajuda), pediu a Moraes que fizesse alguns telefonemas. Sucessivamente, falou com a filha, Lurian, e com os filhos Fábio Luís, o *Lulinha*, Marcos Cláudio, Luís Cláudio e Sandro Luis. A cada um resumiu os últimos acontecimentos, contou que estava a caminho do sindicato para decidir o que fazer e recomendou que ninguém se preocupasse, porque nada de mau iria acontecer. Entre uma chamada e outra, recebeu telefonemas de políticos e amigos, aos quais repetiu o que dissera aos filhos: chegando ao sindicato, decidiria o que fazer.

Logo atrás, um *Ford Focus* preto, que seguia colado ao para-choques do carro do ex-presidente, levava os sargentos do Exército Ricardo Silva dos Santos, Edson Moura, Ricardo Messias de Azevedo e Misael Melo, todos da escolta pessoal de Lula. Os dois

carros de segurança vinham à cabeça de uma fila de meia dúzia de veículos com o pessoal que deixara o instituto. Um deles transportava João Pedro Stédile, Gilmar Mauro e João Paulo Rodrigues, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Por telefone, os líderes dos sem-terra orientaram os militantes para que se deslocassem até ao sindicato. Ao chegar à via de acesso a São Bernardo, o capitão Moraes percebeu que a mudança de trajeto não adiantara de nada. Provavelmente, orientados pelos pilotos e pelos repórteres que vinham nos helicópteros, dezenas de *motolinks* e furgonetas com antenas no teto já os esperavam, com os motores ligados, sob o viaduto Dr. David Capistrano da Costa Filho.

Atravessar os cinco quilómetros que separam a Rodovia dos Imigrantes da Rua João Basso, onde fica o sindicato, foi uma maratona. A agitação provocada pelas motos a circular aos ziguezagues em contramão, indo e vindo pelas ruas estreitas de São Bernardo, atraía ainda mais gente para as calçadas. A maioria festejava a prisão de Lula. Às gargalhadas, os estafetas atiçavam os grupos: «É o Lula! O Lula ‘tá aí! O Lula foi preso!» Descontrolados, os manifestantes mais agressivos não se limitavam aos insultos e batiam com paus de bandeiras do Brasil na capota dos carros, gritando palavrões. Nos dois primeiros veículos, seis seguranças do ex-presidente, armados com pistolas automáticas, viviam um teste de nervos como jamais haviam experimentado. No *Omega*, aparentemente tranquilo, Lula conversava com Moraes e Rodrigues, fazia e recebia telefonemas — como se não fosse ele o centro da voragem que tomava as ruas.

A noite já tinha caído e nada indicava que aquilo ia terminar bem. O quarteirão do sindicato estava tomado por partidários de Lula. Para chegar de carro até à entrada do prédio, Rodrigues teve de vencer vagarosamente uma sucessão de cordões humanos. Centenas de trabalhadores, líderes sindicais, ativistas, intelectuais, artistas e políticos de vários estados abriram caminho

para Lula passar e, sem demora, isolaram todas as entradas e saídas do prédio de cinco andares, onde já o aguardavam os dois membros restantes da segurança, o tenente Rogério dos Santos e o sargento Elias dos Reis.

Ao rubro, o povaréu gritava, em coro:

— Não se entrega! Não se entrega! Não se entrega!

À prudente distância de duzentos metros mas ostensivamente visível pelos manifestantes, perfilava-se um pelotão de agentes do COT (Comando de Operações Táticas da Polícia Federal). Comparados à multidão que cercava o prédio, nem eram tantos assim, poucas dezenas, talvez, mas pareciam ameaçadores e prontos para o combate. Vestiam fardas cáqui camufladas, tinham o rosto coberto por gorros negros do tipo ninja, as balaclavas, usavam capacetes e estavam armados espingardas de assalto alemãs *HK417*, idênticas às utilizadas pelos soldados norte-americanos destacados no Iraque e no Afeganistão.

O filósofo e ativista político Guilherme Boulos, líder do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e dirigente do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), soube da notícia da ordem de prisão por volta das seis da tarde, quando desembarcava no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Ele vinha de um périplo político pelo Nordeste, aonde fora discutir a sua pré-candidatura a presidente da República nas eleições de outubro daquele ano. Decidiu ir para o Instituto Lula, mas pelo caminho recebeu um telefonema de Marcola informando que o ex-presidente já tinha rumado ao sindicato, para onde Boulos também deveria ir.

Era mesmo a região do ABC o destino de Boulos ao pousar em São Paulo. Ele já estava atrasado para uma assembleia convocada para aquela tarde pela ocupação Povo sem Medo, do MTST — um mega-acampamento de 60 mil metros quadrados instalado em frente à fábrica da Scania, em São Bernardo, no qual 8000 famílias desalojadas viveram por seis meses sob tendas de *nylon*. A assembleia daquela quinta-feira era festiva

e destinava-se a organizar a vitoriosa desmobilização dos acampados, que deixavam o local: em troca da desocupação do terreno, propriedade de uma construtora, o governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira), assinara com Boulos um protocolo comprometendo-se a construir e entregar 2400 unidades habitacionais para os sem-teto instalados no acampamento.

No caminho, Boulos ligou para Josué Rocha, da direção do MTST, e para Andreia Barbosa, coordenadora da ocupação, e sugeriu que eles pusessem em discussão, na assembleia que já decorria, a proposta de que todos se deslocassem até ao sindicato, a um quilómetro do acampamento.

— Essa prisão é arbitrária, absurda, uma prisão política! — gritava Boulos ao telemóvel. — Tem que ir todo mundo para São Bernardo e garantir uma resistência democrática. Não vamos admitir passivamente esse absurdo!

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por aclamação. Minutos depois, uma mole humana engarrafou ainda mais o trânsito caótico da Rodovia Anchieta, a caminho do sindicato transformado em *bunker* onde se encontrava o ex-presidente. Na ocupação permaneceram apenas os idosos, as mulheres com crianças de colo e quem tinha dificuldades de locomoção. Quando Boulos conseguiu chegar ao sindicato, já estavam lá cerca de 5000 pessoas, entre ativistas, operários e militantes do PT, do MST e do MTST, agitando bandeiras vermelhas e gritando palavras de ordem:

- Não se entrega! Não se entrega!
- Cercar! Cercar! E não deixar prender!
- Lula não sai! Federal não entra!

Informada da decisão de Moro, a petista⁴ Central Única dos Trabalhadores (CUT) postou uma nota nas redes sociais

⁴ Do Partido dos Trabalhadores (PT). (N. do R.)

convocando os seus afiliados a incorporarem a vigília em frente ao sindicato. «É necessário continuarmos resistindo, defendendo o maior líder político que este país já teve», dizia a nota. «Defender Lula é defender a democracia.» Somados aos metalúrgicos e aos militantes que ocupavam as ruas em volta do prédio, calculava-se que havia cerca de 10 mil pessoas dispostas a permanecer acampadas ali até Lula decidir que destino tomar.

A despeito das rigorosas barreiras de segurança montadas nas portas de entrada, o interior do sindicato regurgitava. Metalúrgicos da velha guarda lembravam que nem no auge das greves do ABC, nos anos 1970 e 1980, se vira tanta gente ali. Políticos, ativistas e militantes de todo o país chegavam aos magotes e misturavam-se com intelectuais, artistas de televisão e cinema, freiras, *rappers* e um número incontável de repórteres e fotógrafos. Só o site de notícias Jornalistas Livres (autointitulado «Um coletivo sem patrão, chefe, editor, marqueteiro ou censor») tinha conseguido colocar dentro do prédio nada menos que dezoito jovens para filmar tudo com os seus telemóveis. Cada cena captada por eles era imediatamente postada na internet e transmitida. Atraídos pela notícias, de um momento para o outro surgiram, não se sabe de onde, vendedores ambulantes com bandeiras, camisolas e bonés com as palavras «Lula Livre» ou empurrando carrinhos com água mineral, água de coco, cerveja gelada e onde assavam os populares «churrasquinhos de gato»⁵.

No segundo andar, para onde Lula fora levado, a decisão tomada unanimemente pelos presentes era que ele dormiria no sindicato. O corpulento Moisés Selerges foi encarregado de improvisar acomodações para o ex-presidente passar a noite. Numa sala de difícil acesso, na cave do prédio, a última de um labirinto de corredores cinzentos, espremidos entre paredes

⁵ Pedacos menos nobres de carne, geralmente de origem incerta, dispostos em pequenos espetos e assados na rua em fogareiros. (N. do R.)

divisórias de contraplacado, Selerges instalou um estrado e um colchão de casal, uma almofada, lençóis listados e um edredão de algodão estampado com flores verdes e azuis. O sindicalista passara também pelo apartamento do ex-presidente, onde juntou duas mudas de roupa e colocou-as numa pequena mala castanha de plástico. Na sala contígua à reservada para Lula havia uma mesinha com sanduíches de presunto e queijo, latas de refrigerante e cerveja, e água.

Quanto à decisão mais grave e importante — como reagir à ordem de prisão —, o grupo político mais próximo de Lula estava claramente dividido. Os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que acompanhava Lula há trinta anos, e os ativistas João Pedro Stédile e Guilherme Boulos, entre outros, defendiam que a sentença de Moro deveria ser simplesmente ignorada, transferindo assim o problema para os adversários. Para eles, a palavra de ordem era «resistir». As forças de segurança, imaginavam eles, jamais cometeriam a insensatez de massacrar a multidão que cercava o sindicato para prender Lula. Tendo-se transformado numa notícia à escala planetária, o impasse daria, na opinião dos partidários da resistência, a oportunidade de denunciar ao mundo a perseguição a Lula movida por Moro, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Ainda que a proposta viesse de dois dirigentes do partido e dos líderes do MST e do MTST — os mais relevantes movimentos sociais do país —, os advogados Valeska e Zanin ficaram surpreendidos ao ouvi-la. Embora defendessem com veemência, no Brasil e no exterior, que Lula era vítima de *lawfare* (neologismo jurídico que junta as palavras «*law*» [lei] e «*warfare*» [estado de guerra] para definir o uso espúrio da lei contra o adversário para destruir a sua reputação e deslegitimar as suas argumentações), o casal sabia que não cumprir a ordem de prisão levaria Moro fatalmente a considerá-lo um foragido e a decretar a sua prisão preventiva, circunstância que tornaria

quase impossível a obtenção de um *habeas corpus* para o ex-presidente.

A questão essencial — entregar-se ou resistir — continuava sem resposta. Calado, como era seu hábito, e sem manifestar a opinião a ninguém, o experiente capitão Valmir Moraes ouvia o debate com o semblante preocupado. Ele sabia que a Polícia Federal não tinha estrutura nem treino para fazer dispersar multidões, e temia que um confronto degenerasse numa carnificina, já que um só disparo de espingarda *HK417* bastava para varar meia dúzia de pessoas. Nem todos ali sabiam, mas a Polícia Militar de São Paulo também estava de sobreaviso.

Oculto sob as árvores de um pequeno bosque na circular do Viaduto Padre Fiorente Elena, na Rodovia Anchieta, a menos de um quilómetro do sindicato, tropas do Batalhão de Choque permaneciam de plantão dentro de quatro autocarros cinzentos, dois camiões «espinha de peixe»⁶ e dois veículos blindados, os chamados «caveirões». Pintados para a guerra, os polícias militares eram apoiados por uma matilha de ameaçadores *rottweilers* e pastores-alemães, e estavam armados de carabinas com balas de borracha e lançadores de granadas de gás lacrimogéneo. Bastava a ordem do comando, em São Paulo, para os soldados dispersarem a multidão que não arredava pé da porta do sindicato e abrirem caminho à força para os agentes federais entrarem no prédio e darem voz de prisão a Lula. Ressabiado com os indícios da presença em grande escala da tropa de choque nas imediações, Emidio de Souza ligou para o chefe da Casa Civil do governo do estado, Samuel Moreira, para obter informações. O secretário confirmou que a Polícia Militar estava a postos, a pedido da Polícia Federal, e que, como se tratava de uma ordem

⁶ Veículo para transporte de efetivos que, pela disposição em que estão acomodados, em duas filas ao longo do veículo, de costas uma fila para a outra, faz lembrar uma espinha de peixe. (N. do R.)

judicial, se houvesse resistência, a tropa de choque tinha autorização para agir.

A noite avançava, o sindicato e as ruas à sua volta enchiam-se cada vez mais. As vinte e quatro horas dadas por Moro iam-se escoando e ninguém ali aparentava saber qual seria o desfecho do impasse: Lula iria resistir ou iria entregar-se pacificamente à polícia? Percebendo a preocupação de Moraes, o ex-presidente puxou o capitão para um canto e confidenciou o que parecia ser o primeiro indício de que ele havia tomado uma decisão:

— Moraes, não me entrego. Decretaram minha prisão? Então eles que venham me prender.

De seguida, chamou Emidio de Souza e, falando sempre baixinho, encarregou uma pequena comissão, formada por Souza e pelos advogados, o deputado Wadih Damous (PT-RJ) e o ex-deputado Luís Carlos Sigmaringa Seixas (PT-DF), de negociar com a Polícia Federal os termos e a forma como se daria a prisão. Sigmaringa, conhecido entre os políticos como «o único brasileiro que recusou três convites para ser ministro da Suprema Corte», faleceria oito meses depois, aos 74 anos, vítima de mielodisplasia óssea. Os três demoraram uma hora a chegar ao prédio cinzento e roxo, no bairro da Lapa, sede da Polícia Federal em São Paulo. Ali os esperavam o superintendente Disney Rosseti e mais três delegados. A conversa foi respeitosa, mas inconclusiva. A comissão do PT explicou que Lula não pretendia entregar-se voluntariamente e esperava que a polícia fosse ao sindicato dar-lhe voz de prisão. Rosseti ficou preocupado:

— Nós temos uma ordem de prisão e vamos cumpri-la. Queremos fazer isso da forma mais tranquila possível. O ideal é que ele venha espontaneamente para cá. Aliás, é isso o que determina o mandado de prisão: que ele se apresente à Federal.

Souza interrompeu-o:

— Doutor Rosseti, isso não vai acontecer. Lula não vai sair do sindicato para se entregar aqui, voluntariamente.

O chefe da Federal insistiu, sempre com bons modos:

— A apresentação dele é a melhor solução para todo mundo. Nós não queremos uma operação difícil. Insisto em que queremos cumprir a ordem de prisão da maneira mais tranquila possível.

Sigmaringa e Damous entrevistaram:

— Ele é ex-presidente da República, não pode ser submetido a uma situação vexatória e humilhante. Não aceitamos que ele seja humilhado.

O superintendente tranquilizou-os:

— Asseguro aos senhores que ele não será submetido a qualquer forma de constrangimento, como colocação de algemas, por exemplo.

Certos de que daquele encontro não sairia um acordo, os três despediram-se de Rosseti:

— Vamos para o sindicato expor ao presidente Lula as condições a que o senhor se refere. Até amanhã, antes das cinco da tarde, voltaremos a nos falar.

Mesmo depois de saber das notícias trazidas da sede da Polícia Federal pelos três petistas, Lula, os políticos e os ativistas que o cercavam e a multidão que não arredava pé das ruas e do interior do sindicato passariam a noite sem obter a resposta para a única questão que interessava: afinal, Lula ia resistir ou não? Com a madrugada e o cansaço generalizado, a temperatura política pareceu baixar um pouco. Receosas de saírem e não conseguirem entrar de novo no prédio na manhã seguinte, dezenas de pessoas dormiram no chão, valendo-se de mochilas e pilhas de jornais velhos. Alguns políticos voltaram para as suas casas ou para quartos de hotéis em São Paulo, outros não viram alternativa senão pernoitar em pensões de má fama e dormitórios minúsculos, situados a dois quarteirões do sindicato. Lula desceu para as acomodações improvisadas na cave, usou um dos chuveiros de uma casa de banho coletiva vizinha à sala, escovou os dentes,

deixou-se cair na cama e adormeceu. Aparentemente, dormiu sem saber o que faria ao acordar. Por segurança e para garantir que haveria imagens de qualquer incidente que pudesse ocorrer, o fotógrafo Ricardo Stuckert, que o acompanha desde a Presidência da República, foi destacado para passar com ele a noite, tendo dormido num sofá ao lado da cama improvisada de Lula.





A primeira biografia de Luiz Inácio Lula da Silva, um dos mais importantes vultos políticos da atualidade

Além de juízos ou paixões, Lula da Silva está entre as maiores figuras políticas da História do Brasil. Oriundo da classe operária, opositor ativo e convicto de uma ditadura militar que sufocou a sociedade e a economia brasileiras entre 1964 e 1985, a sua história e as suas lutas confundem-se com as de um povo que, por duas vezes, o elegeu presidente da nação.

A partir de dezenas de horas de depoimentos e com acesso inédito a Lula, o biógrafo Fernando Morais conduz o leitor, de forma hábil, pela história magnética de um homem complexo e carismático que transformou a forma de fazer política no Brasil. De uma infância e juventude de privações ao início da vida como operário e à aproximação ao movimento sindical, passando pelas greves históricas do ABC, pela fundação do Partido dos Trabalhadores e pelo seu ingresso, sem retorno, no mundo da política, o primeiro volume de *Lula* relata os momentos charneira de um homem que se tornou, simultaneamente, símbolo e agente de mudança de um dos maiores países do mundo.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

 penguinlivros.pt
  penguinlivros
 editoraobjectiva

ISBN 9789897846205



9 789897 846205 >